



Bernardo: o caboclo “herói nacional” e a face indígena da história.

Vânia Maria Losada Moreira*

RESUMO

Este artigo dedica-se a analisar como a biografia de Bernardo tem sido construída, narrada e usada em diferentes contextos e temporalidades sociais, inclusive pelos próprios indígenas. Visa também iluminar alguns fragmentos de sua vida, que podem servir de janelas de acesso à história dos indígenas no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Indígenas
Biografia
História
Herói nacional

ABSTRACT

Este artigo dedica-se a analisar como a biografia de Bernardo tem sido construída, narrada e usada em diferentes contextos e temporalidades sociais, inclusive pelos próprios indígenas. Visa também iluminar alguns fragmentos de sua vida, que podem servir de janelas de acesso à história dos indígenas no Brasil.

KEY-WORDS

*Indigenous people
Biography
History
National hero*

* Professora Titular do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pesquisadora do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O

interesse recente da historiografia pelo gênero biográfico está bastante vinculado à convicção de que o estudo e a narrativa acerca de uma vida individual podem dar importantes contribuições ao conhecimento histórico. Para os que se situam nos marcos das perspectivas estruturais da história e da sociedade, o biografado geralmente funciona como uma vida particular que pode adquirir um significado “tipológico” em relação a determinados grupos e temporalidades específicas (LORIGAN, S., 2001, p. 21). Para outros, sobretudo aqueles vinculados aos novos problemas e perspectivas da micro-história, é a própria mudança de escala de análise que justificaria o esforço da análise biográfica. Deste ângulo, a investigação biográfica revelaria aspectos econômicos, sociais ou culturais pouco visíveis em versões mais estruturais da história, como, por exemplo, a capacidade de escolha, de criatividade e de agenciamento dos indivíduos diante dos sistemas e das normas aos quais estão submetidos (LEVI, G., 1996, p. 181).

O presente artigo não é uma investigação de tipo biográfico nos moldes expostos acima. É mais propriamente uma reflexão sobre como a biografia de Bernardo tem sido construída, narrada e usada em diferentes contextos e temporalidades, inclusive pelos próprios indígenas; e sobre como alguns fragmentos de sua vida podem servir de janelas de acesso a certos aspectos da história dos indígenas no Brasil. Para alcançar estes objetivos, busca-se primeiro restituir Bernardo ao seu lugar social, reunindo as principais informações existentes sobre ele à luz da condição em que viviam alguns indígenas e comunidades indígenas do rio Doce, na segunda metade do século XIX. Depois, procura-se analisar o processo de heroificação de Bernardo, que ganhou especial pujança na conjuntura política e cultural do Estado Novo, em razão de o então regime incentivar o culto de heróis nacionais com o perfil étnico e social de Bernardo. Finalmente, conclui-se a reflexão com uma breve abordagem sobre a ressignificação mítica de Bernardo pelos indígenas contemporâneos, realizada no contexto de suas lutas por demarcação de terra, que representa uma forma social e política de usar e narrar a vida do herói caboclo bastante específica e diferenciada em relação às narrativas dominantes.

BERNARDO: FRAGMENTOS DE UMA VIDA E DA SOCIABILIDADE INDÍGENA NO RIO DOCE

– Eu tenho um pouquinho de raça dele também né, um pouquinho de índio também né, porque meu pai era índio, né, minha mãe é daqui mesmo, cabocla daqui mesmo.

– E o que é o caboclo?

– Caboclo eles falam que é, porque a gente tem nação de caboclo, né, não sei que raça é esta, mas é nação da gente.

– É parente de índio, será, o caboclo?

– Diz às vezes que o caboclo é parente de índio, é, caboclo. É raça do índio também. Parentesco. É a nação da gente (Dona Floripes Barcelos, 82 anos. Entrevista realizada em 14/11/2015, citada em FERREIRA, S. R. B., 2017, p. 52.).

Bernardo José dos Santos é mais conhecido como o Caboclo Bernardo. Nasceu em Regência Augusta, em 1859, na província do Espírito Santo. Era filho de Manoel dos Santos, o Manduca, e de Carolina dos Santos, que juntos tiveram, além dele, outros quatro filhos: Emílio, Orsílio, Teresa e Filomena. Segundo seu principal biógrafo, todos eram “descendentes diretos dos legítimos indígenas da zona” (BAHIENSE, N., 1971, p. 79).¹ Em termos regionais, isto equivale a dizer que tinham ascendência borum (botocudo), tupi-nambá ou pertenciam a um tronco familiar mestiço de diferentes grupos étnicos e linguísticos jê e tupi

¹ A vida de Bernardo narrada nas páginas desse artigo deve-se fundamentalmente à obra e à pesquisa deste autor.

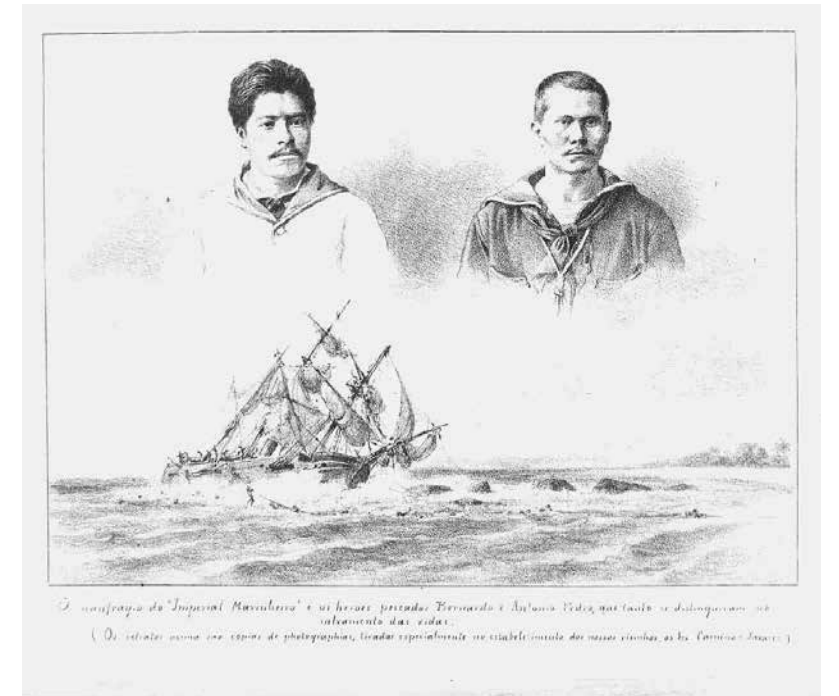


Figura 1 – O naufrágio do “Imperial Marinheiro” e os heróis pescadores Bernardo e Antônio Pedro, que tanto se distinguiram no salvamento das vidas. Fonte – Revista Ilustrada. Rio de Janeiro, 1887, ano 12, n. 466, p. 7.

que foram contatados, conquistados e territorializados ao longo do processo histórico na região. Ele trabalhava com o pai nas catraias do rio Doce, e nas fontes aparece descrito ora como “marinheiro”, ora como “pescador”. Um contemporâneo dele, chamado Manoel Batista da Silva, cujo depoimento foi colhido por Nestor Leal no início do século XX, informou que Bernardo era casado com Maria Cearense, também conhecida como Maria Bernardo, uma “cabocla”, isto é, indígena, natural do Ceará (BAHIENSE, N., 1971, p. 67).

O que sabemos sobre Bernardo continua sendo muito limitado, especialmente em termos de compreendê-lo no interior de sua própria comunidade e sociabilidade. Seus principais biógrafos, por exemplo, conseguiram levantar várias informações importantes sobre ele, mas se descuidaram completamente de interpretá-lo à luz de sua condição indígena e de inseri-lo no povoado de Regência Augusta, onde ele

nasceu, viveu e com sua esposa formou família.

Regência Augusta localiza-se às margens do rio Doce e tem sua história bastante vinculada à conquista e à colonização deste rio, a partir de 1800, quando a Coroa portuguesa ordenou a abertura do Doce ao comércio e à navegação, incentivando a formação dos primeiros povoados luso-indígenas na região, como Porto de Souza, Linhares e Regência. Pouco depois, em 1808, dando prosseguimento ao processo de conquista em curso, a Coroa decretou guerra ofensiva (guerra justa) contra os povos botocudos (borum) do rio Doce, permitindo a sua dizimação e o cativeiro dos capturados vivos por 10 anos ou enquanto durasse sua suposta “fereza” (MOREIRA, V. M. L., 2017, p. 27).

Do ponto de vista geográfico e histórico, Regência Augusta faz parte de um processo mais amplo de conquista dos sertões da Bahia, de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, onde viviam

Figura 01 – O naufrágio do “Imperial Marinheiro” e os heróis pescadores Bernardo e Antônio Pedro, que tanto se distinguiram no salvamento das vidas. Fonte: Revista Ilustrada, Rio de Janeiro (1887, ano 12, n. 466, p. 7).

diferentes povos e grupos, como os Pataxó, os Maxacali, os Puri, os Coroados e, predominantemente, os então conhecidos como “botocudos”. Trata-se, além disso, de um processo longo, multifacetado e que vem sendo investigado por diferentes autores, que apontam e discutem várias particularidades, instituições, procedimentos e agentes sociais locais.² Vale destacar ainda que o desenvolvimento social de Regência e de todo o rio Doce sob jurisdição dos governos provinciais do Espírito Santo tem também suas cores e particularidades locais, pois esteve muito ligado à vila de Nova Almeida e à população indígena ali residente, que deram suporte humano e material à conquista de terras e de vários grupos étnicos borum independentes que viviam nos sertões anexos à província.

Foram os indígenas vilados em Nova Almeida, Benevente e em outros povoados locais, por exemplo, que serviram como parte dos soldados que atuaram na guerra ofensiva contra os botocudos. Foram eles também que, mais tarde, construíram e trabalharam nos aldeamentos do rio Doce criados para pacificar os botocudos na província do Espírito Santo (MARINATO, F. A., 2008, v. 21, p. 53; MOREIRA, V. M. L., 2017). Por isso mesmo, não é demasiado operar com a hipótese de que entre os indígenas que progressivamente eram conquistados e retirados dos sertões e os que já viviam como parte integrante da sociedade provincial

existiram várias formas e níveis de interação, desde as mais violentas, como a guerra e as bandeiras de apresamento e extermínio, por exemplo, até as formas mais amistosas, como relações de comércio, amizade e casamento.

Com o processo de Independência, o novo regime monárquico constitucional procurou superar os marcos da política indigenista joaniana, que abertamente pregou a guerra, o extermínio e o cativeiro dos botocudos. Para tanto, foi editado o Regulamento de 1824 para a civilização dos índios botocudos do rio Doce, que previa a criação de aldeamentos para esta finalidade. A pesquisa de Franciele Marinato demonstrou que chegaram a ser criados três aldeamentos no rio Doce espírito-santense, mas nenhum deles teve vida longa e menos ainda próspera (MARINATO, F. A., 2008, p. 52-53). Apesar disso, tais aldeamentos davam algum suporte e apoio aos grupos que começavam a ser contactados, funcionando como lugares relativamente seguros onde os indígenas podiam abrigar-se por temporadas e eventualmente conseguir diferentes qualidades de presentes, como alimentos, ferramentas, roupas etc.

Todavia, diferentemente dos grupos e dos povos indígenas que foram aldeados na costa atlântica do Espírito Santo ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, que obtiveram terras coletivas devidamente demarcadas (MOREIRA, V. M. L., 2019), as terras dos aldeamentos criados no século XIX não foram registradas em nome dos indígenas. Ao fim e ao cabo, os indígenas ressocializados no rio Doce espírito-santense ficaram sem terras coletivas demarcadas em nome deles ou de suas comunidades,

e passaram a viver dispersos em pequenas comunidades familiares e/ou de poucos vizinhos, sem títulos legais que garantissem a permanência deles nas terras que ocupavam.

A narrativa memorialística do engenheiro Ceciliano Abel de Almeida é esclarecedora acerca desse panorama de dispersão de famílias e de pequenas comunidades indígenas territorializadas de modo precário ao longo do rio, em meio a uma infinidade de outros grupos e povos que preferiam se manter isolados nas matas e distantes da sociedade regional (ALMEIDA, C. A., 1959, p. 65-80). Em 1905, Ceciliano Abel de Almeida realizou uma viagem pelo rio Doce, embarcado em um navio a vapor. Sua narrativa sobre a jornada entre a foz do rio, em Regência Augusta, até as proximidades da foz do Mutum, perto dos limites com Minas Gerais, ilustra o pouco povoamento da sociedade nacional na região, que se mantinha predominantemente sob o domínio dos “caboclos” e “botocudos” (1959, p. 65-80).

Em Regência, o navio era carregado de mercadorias destinadas aos povoados ribeirinhos, sendo Linhares a localidade mais próspera da região. De Linhares até Figueira, já em território mineiro, prevaleciam as matas e a rarefeita ocupação socioeconômica, apenas interrompida pela presença de Colatina e de algumas paradas, como o Porto Esperança, na foz do rio Mutum, onde havia uma “sortida casa comercial” e embarque e desembarque de mercadorias. Perto de Colatina, na altura do Porto Catita, vivia a índia Benedita, liderando um grupo de indígenas botocudos que formaram um aldeamento no local e praticavam a agricultura. Benedita, além disso, exercia a atividade de língua sempre que os moradores

regionais buscavam entrar em contato com grupos isolados que viviam nas densas matas entre os rios Doce e Cricaré (ou rio São Mateus). Vale notar ainda que entre Regência e o Porto Esperança, na foz do Mutum, Ceciliano Abel de Almeida mencionou 13 pontos em que a embarcação parava, dentre as quais sete eram “portos de lenha”, isto é, paradas destinadas fundamentalmente ao abastecimento de lenha utilizada como combustível pelo navio, habitadas por “caboclos” que prestavam esse serviço.

O quadro descrito por Ceciliano Abel de Almeida era uma herança social da política indigenista do Império e dos governos da província do Espírito Santo, cujos objetivos foram basicamente dois: por um lado, pacificar e se possível também aldear os povos independentes nas regiões em que a colonização avançava sobre seus territórios tradicionais, viabilizando o aproveitamento deles como força de trabalho para particulares e para o próprio Estado; por outro, absorver completamente os indígenas e as comunidades indígenas consideradas suficientemente “civilizadas”, tratando-os como “nacionais” e mandando aplicar em relação a eles as mesmas leis que valiam para o conjunto da população do país. Em ambos os casos os índios e as comunidades indígenas eram vistos como realidades transitórias. Deveriam ser absorvidos e assimilados (nacionalizados) o mais rápido possível e, segundo esse pretexto, os governos provinciais e imperial não se esforçavam muito para garantir os direitos territoriais dos indígenas (CUNHA, M. C., 1992; MOREIRA, V. M. L., 2012, p. 68-85). Em razão disso, as terras dos aldeamentos que precariamente eram criados

ao longo das margens do rio Doce não foram demarcadas e tituladas, enquanto as sesmarias e as terras indígenas de antigas aldeias e vilas do período colonial eram desamortizadas, parceladas e privatizadas de acordo com a Lei de Terras de 1850 e de várias leis e recomendações que a complementavam, passando as terras indígenas para a posse e a propriedade de outros setores sociais da província.

Em outras palavras, a política indigenista do período foi pouco eficiente na titulação de terras para os indígenas, coletiva ou em lotes familiares, tal como a legislação da época previa e ordenava (CUNHA, M. C., 1992; MOREIRA, V. M. L., 2012). Em razão disso, roças, cabanas, pequenos povoados e grupos familiares indígenas se espalharam por todo o rio Doce, ocupando a terra de forma precária (posse). Regência Augusta, onde nasceu e viveu Bernardo, se encaixa perfeitamente neste perfil: era um povoado com forte presença de população indígena, mas cujas terras ocupadas por eles, suas famílias e comunidades não foram demarcadas e tituladas. Afinal, Bernardo e os muitos outros “caboclos” do rio Doce não eram considerados índios “bravos” ou “selvagens”. Na qualidade de “caboclos”, desfrutavam a condição de homens e mulheres livres em uma sociedade escravista, mas não conseguiam acessar os direitos territoriais assegurados aos “índios” presentes nas leis da época, notadamente na Lei de Terras de 1850 e no Regulamento das Missões de Catequese e Civilização dos Índios de 1845, que textualmente mandavam assegurar terras à colonização e à catequização dos chamados índios pertencentes às “hordas selvagens”

do país e distribuir lotes às famílias consideradas suficientemente ressocializadas.

Da vida de Bernardo sabe-se pouco, e o pouco que se sabe sobre ele é devido ao ato heroico que protagonizou na madrugada de 7 de setembro de 1887, quando salvou 129 vidas do naufrágio do cruzador “Imperial Marinheiro”. De acordo com seus biógrafos, este foi o ponto alto da história de vida de Bernardo, e a razão mesma de ele ser biografado. Ele estava, então, com 28 anos de idade. Oficialmente, o cruzador estava encarregado de dirigir-se até o arquipélago de Abrolhos para mapear recifes e corais do local, com o fito de tornar mais segura a navegação na região. Mas Carolina Nabuco, filha do abolicionista Joaquim Nabuco, forneceu uma versão bem diversa sobre a verdadeira missão da tripulação. De acordo com ela, o Barão de Cotegipe havia enviado o cruzador para Recife com gente a bordo encarregada de arruinar a candidatura de seu pai à Câmara dos Deputados, que andava de vento em popa em razão do crescente sucesso da campanha abolicionista no país (BAHIENSE, N., 1971, p. 226). Qualquer que tenha sido a verdadeira missão dos tripulantes do cruzador, o fato é que o naufrágio ocorreu nas proximidades da barra do rio Doce, em frente ao pequeno povoado de Regência Augusta, pouco depois de chocar-se com um pontal na altura de Comboios. Estavam a bordo 142 homens, entre eles 93 marinheiros e vários oficiais de diferentes patentes.

Foi lançado ao mar um escaler que rumou em direção à terra firme em busca de socorro. Mas, na travessia, a embarcação foi destruída pela ferocidade do mar: um imperial marinheiro morreu afogado e

² Entre outros, ver: Marcato, Sônia de Almeida (1979, p. 1-59); Paraíso, Maria Hilda Barqueiro (1992, p. 413-430; 1998, 5ª vol.); Mattos, Izabel Missagia de (2004); Langfur, Hal (2006); Resende, Maria Leônia Chaves; Langfur, Hal (2007, n. 23, p. 15-32); Malheiros, Márcia (2008); Machado, Marina Monteiro (2010).

12 salvaram-se a nado, alcançando a praia e a casa do patrão-mor da barra do rio Doce a tempo de pedir ajuda. Isso ocorreu às 2 horas da madrugada e, apesar da urgência, nada pôde ser feito. Segundo os testemunhos da época, a noite estava muito escura, não havia no local nenhuma embarcação para realizar o resgate e os naufragos se agarravam aos mastros do cruzador e a tudo que boiava, enquanto os tubarões rondavam a cena do desastre. Somente por volta das 8 horas da manhã a exasperante situação começou a mudar, quando Bernardo se lançou ao mar, levando uma espia (cabo) consigo.

Os depoimentos são uníssimos em afirmar que Bernardo só alcançou os destroços do “Imperial Marinheiro” depois de várias tentativas fracassadas, demonstrando incomparável destemor, força e bravura. Também são concordes a respeito do sofrimento e do desespero que tomou conta de sua mãe Carolina dos Santos, que se debatia em súplicas para que o filho não se lançasse ao mar, temerosa de que também ele sucumbisse à sua fúria. Mas foi graças ao cabo levado por Bernardo que se iniciou o resgate dos naufragos. O salvamento durou cinco horas e meia e resultou no resgate de 129 pessoas (BAHIENSE, N., 1971).

Nos depoimentos sobre o naufrágio pode-se identificar a presença de indígenas trabalhando no cruzador como imperiais marinheiros. Para aquilatar-se a importância de tal informação para a pesquisa histórica, vale recordar que existe um profundo apagamento dos indígenas na história do país, fazendo-os “desaparecer” de inúmeros lugares e funções sociais. Em razão disso, apenas bem recentemente se começou a pesquisar mais a fundo a presença

e o trabalho dos indígenas na Armada Nacional (ver, por exemplo, RIBEIRO, S. O., 2019; JEHA, S. K., 2011). De acordo com os depoimentos, Bernardo contou com a ajuda de outros marinheiros que estavam a bordo, dentre eles “o caboclo parense marinheiro (mais tarde furriel) Faustino Antônio José Pedro, Mestre João Roque da Silva e o marinheiro (depois cabo) Manoel Ferreira da Silva” (BAHIENSE, N., 1971, p. 49).

O “caboclo” Faustino, que auxiliou Bernardo no resgate dos companheiros naufragos, aparece retratado ao lado de Bernardo em uma interessante ilustração da *Revista Ilustrada* (1887, ano 12, n. 466, p. 7; ver Figura 1), por ocasião da cobertura jornalística que fizeram do acontecimento. Vale ainda registrar que Bernardo não era um imperial marinheiro tal como Faustino. Apesar disso, foi retratado e imortalizado no imaginário social vestido à moda dos imperiais marinheiros. Além disso, Faustino não era o único indígena embarcado no cruzador “Imperial Marinheiro”. Na noite do naufrágio dois marinheiros aproveitaram o contexto do desastre e desertaram de seus postos. Ambos tinham ancestralidade indígena: o “curiboca” Joaquim Ferreira Lima, mais conhecido como “Joaquim Cearense”, e o “caboclo Manoel de Tal” (BAHIENSE, N., 1971, p. 63).

Abandonar o posto no serviço militar obrigatório não era tarefa fácil e tampouco isenta de consequências, pois implicava a possibilidade de receber severas punições. Apesar disso, pelo menos dois marinheiros desertaram e os indícios sugerem que obtiveram sucesso na fuga porque encontraram abrigo e acolhimento na comunidade indígena local. Pouco depois, o “caboclo” Manuel terminou falecendo. Mas

o curiboca Joaquim criou raízes no local, casando-se com uma indígena, formando família e vivendo em Regência Augusta por toda a sua vida. O professor Ananias Santos Neto tinha 11 anos na época do naufrágio e se lembra dos dois desertores. Informa que Joaquim Ferreira Lima, o curiboca,

[...] contraiu matrimônio com uma índia e foi pai de numerosa prole. Ali permaneceu até 1942, quando faleceu, deixando sua prole aos cuidados de seu filho Virgílio Ferreira Lima. Gente laboriosa e ordeira, dada ao serviço da lavoura, exemplo herdado de seu chefe (BAHIENSE, N., 1971, p. 67).

O nome da esposa de Joaquim era Severina de Amorim Ferreira Lima. Aos 73 anos de idade ela deu um depoimento ao médico Nestor Lobo Leal, afirmando que se casou com 13 anos e que seu marido tinha, naquela ocasião, 16 anos. De acordo com ela, Joaquim faleceu com 68 anos e juntos tiveram 11 filhos. Analisando esse fragmento de história de vida à luz da história local e nacional, percebe-se que o Estado imperial impunha às comunidades indígenas ressocializadas um processo de diáspora, retirando parte de seus homens compulsoriamente para prestar o serviço militar e espalhando-os em diferentes regiões do país. Percebe-se também que Regência Augusta era uma comunidade indígena aberta a indígenas que vinham de outras regiões do país, como aconteceu com Severina, que se casou com o curiboca Joaquim, e com o próprio Bernardo, que se casou com a cabocla Maria Cearense. Existe, portanto, uma história de solidariedade entre os indígenas que

necessita ser notada e mais bem explorada pela historiografia.

Pouco depois do naufrágio, e em razão da enorme coragem e bravura demonstrada por Bernardo, ele foi homenageado na capital da província e na Corte do Rio de Janeiro. Em Vitória, foi recebido com banda de música, em uma genuína festa popular. Em seguida, o presidente Antônio Leiro Ribeiro de Almeida e demais autoridades provinciais o homenagearam no Palácio do Governo, sendo por fim entrevistado pelo jornal *A Província do Espírito Santo*, que o apresentou como “um vistoso tipo de pura raça brasílica, de estatura acima da média, reforçado, fisionomia franca e atraente, olhar vivo e brilhante” (BAHIENSE, N., 1971, p. 81). Ainda de acordo com a reportagem, Bernardo era um homem simples, que desde os 8 anos se dedicava à vida do mar como tripulante de navios mercantes. Além disso, tinha coração humilde, narrando seu ato de heroísmo com total modéstia: “Eles iam morrer – disse-nos – ninguém acudia-os, embora na praia toda gente estivesse aglomerada e triste: eu vi o navio perder-se e então prendi o cabo aos dentes e atirei-me ao mar para salvá-los” (BAHIENSE, N., 1971, p. 81).

Depois das homenagens recebidas na capital da província, Bernardo seguiu para a Corte, chegando ao Rio de Janeiro em 30 de setembro de 1887. Lá foi recepcionado por Arthur Índio do Brasil e por vários membros do Clube Naval, em um evento claramente voltado para a elite imperial, pois regado a champanhe. Enquanto esteve na Corte, Bernardo foi hospedado por Arthur Índio do Brasil, que também o ciceroneou nas entrevistas que deu a jornais e revistas locais. O ponto culminante das

homenagens foi a condecoração de Bernardo pela regente princesa Isabel, em 6 de outubro de 1887, que lhe conferiu medalha de primeira classe. A monarca deu-lhe também um prêmio particular, possivelmente em dinheiro, em um envelope lacrado (BAHIENSE, N., 1971, p. 86).

Passadas as homenagens, Bernardo retornou para seu cotidiano em Regência Augusta e nada se sabe sobre ele até que sua vida foi tragicamente interrompida pelo seu assassinato, em 1914. Bernardo estava com 55 anos e foi morto pelas mãos do “caboclo” Lionel Fernandes de Almeida, que lhe desferiu um tiro de garrucha (BAHIENSE, N., 1971, p. 91). Uma testemunha no inquérito aberto para apurar o crime descreveu Lionel como um homem de “pessimismo comportamento”, que não tinha “vida honesta”, inclusive vivendo separado da mulher. Também afirmou que se tratava de um homem dado ao “vício da bebida” (p. 99).

No depoimento que deu ao juiz, Lionel não negou a autoria do crime. Disse ser solteiro, ter 38 anos e ser natural de Linhares. Não sabia ler ou escrever e vivia prestando serviços como “jornaleiro”. Foi preso e depois indultado em 1920, quando revelou que se arrependia pelo que fez contra Bernardo, movido por “cachaçada” e “questão de mulher” (p. 109). A atividade de jornaleiro, prestando serviços a fazendeiros, madeiros ou comerciantes locais, era comum entre os indígenas de comunidades ressocializadas no Espírito Santo imperial. Ser jornaleiro em uma ordem social escravista significava, basicamente, receber diária pelo serviço prestado, por ser homem livre. Os jornais eram geralmente muito modestos e, por isso mesmo, os jornaleiros frequentemente desenvolviam

outras atividades econômicas para viver, seja individualmente, ou no âmbito de sua estrutura familiar, como a pequena agricultura e criação, as pescarias no mar, nos rios ou lagoas e a caça e a coleta nas matas.

Bahiense afirma que Lionel era um “caboclo” de 1,60m de altura, que contraiu duas núpcias ao longo de sua vida e que gostava de “dançar”, “cantar”, “caçar”, “pescar” e que se tornava “valente quando bebia” (p. 105). Morreu em Linhares aos 72 anos, em 1946. De acordo com sua segunda esposa, era amigo de Bernardo e não gostava de lembrar do assassinato.

ENTRE A IDEOLOGIA E A HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO DO "HERÓI NACIONAL"

A representação de Bernardo como um herói tem sua própria história e começou logo depois da tragédia e do regate dos naufragos em 1887, que curiosamente ocorreu em um dia emblemático para a nação e a pátria, quando se comemorava o sexagésimo quinto ano de independência do país. O ato inaugural desse processo se deu graças a Arthur Índio do Brasil, que levou Bernardo para a capital da província e depois para o Rio de Janeiro, apresentando-o à imprensa e explorando o evento para se destacar no cenário político da época.

Sabe-se pouco acerca de Arthur Índio do Brasil. Mas, de acordo com Hileia Araújo de Castro, ele era nascido na província do Espírito Santo, sua família residia na capital e representava um segmento tradicional da sociedade imperial que, à moda do período da Independência, incorporou a exaltação romântica aos indígenas ao nome familiar (CASTRO, H. A., 1998, p. 51). Norbertino Bahiense apresenta outra perspectiva, preferindo confirmar a tese acerca da ancestralidade indígena de Arthur Índio do Brasil, afirmando que ele sentia honra por ser bisneto de "índios crenack da taba do Espírito Santo, de botoque, arco e flecha" (BAHIENSE, N., 1971, p. 20). Rubem Braga, por sua vez, não entra em detalhes acerca dele. Apenas afirma que era tenente-coronel na época do naufrágio, alcançando posteriormente o almirantado. Além disso, confirma que ele ciceroneou Bernardo na Corte (BRAGA, R., 2013).

Apesar da pouca informação existente e da controvérsia sobre a real ancestralidade indígena de Arthur Índio do Brasil, os fatos demonstram que ele realmente se empenhou em patrocinar Bernardo em Vitória e na Corte. Na época da tragédia, estava embarcado como primeiro-tenente do cruzador "Imperial Marinheiro". Na qualidade de vítima do naufrágio e testemunha ocular do acontecimento, descreveu Bernardo como um bravo caboclo brasileiro, que tinha nas veias a força física e a tenacidade moral de sua ancestralidade "brasílica".

[...] a despeito das impetuosidade das vagas encapeladas, que como montanhas alterosas varriam de instante a instante o tombadilho, tentando arrebatá-lo em sua fúria indomável a tripulação que, esperando um meio de salvação, se agrupava nos pontos mais elevados do navio, viu de repente um homem brônzeo, de aspecto brasílico, atirar-se ao mar e nadar para bordo (BRASIL, A. I., 17/09/1887; Ver também BAHIENSE, Norbertino. *Caboclo Bernardo*, 1971, p. 41).³

Salvar 129 homens no dia da pátria é muito auspicioso se o objetivo é transformar o protagonista do resgate de tantas vidas em um herói nacional. Mas a correlação entre o heroísmo de Bernardo e o dia da pátria não aparece como tema ou eixo significativo nas narrativas da época. O artigo de Arthur Índio do Brasil pode ser considerado a primeira narrativa que abertamente faz apologia sobre o heroísmo de Bernardo, e nele são mencionados a força corporal do

caboclo, o tom brônzeo da pele e as qualidades morais de Bernardo, assim como a coragem e a modéstia. Por meio da associação naturalizada do indivíduo à "raça", Bernardo emerge como o exemplo vivo das melhores virtudes físicas e morais dos indígenas, em uma conjuntura intelectual em que se espalhavam no Brasil as teorias racistas sobre a inferioridade racial de negros e índios (SCHWARCZ, L. M., 2002).

A correlação entre o heroísmo de Bernardo e a efeméride da independência também não surge na condecoração da regente ou na cobertura da imprensa do Rio de Janeiro. A *Revista Ilustrada* publicou um acróstico em francês, formando verticalmente o nome "Bernardo" nas primeiras letras, que serve de bom exemplo. No poema, Bernardo é apresentado ao público como um "pescador", como um homem simples, modesto, corajoso e verdadeiro herói, pois arriscou inúmeras vezes a própria vida em benefício de outros.

Bem mais austera foi a tônica da condecoração imperial, que se limitou a reconhecer a incomum coragem de Bernardo.

Eu, a princesa Imperial Regente, em nome do Imperador o Sr. d. Pedro II: faço saber aos que esta carta virem, que atendendo a dedicação não comum pela humanidade que mostrou o remador da catraia da barra do rio Doce, Bernardo José dos Santos, salvando com risco da própria vida as de muitos indivíduos [...] Hei por bem fazer-lhe mercê da medalha de 1ª classe [...] (citado em BAHIENSE, N., 1971, p. 86).

Vale frisar que, diferentemente da perspectiva de Arthur Índio

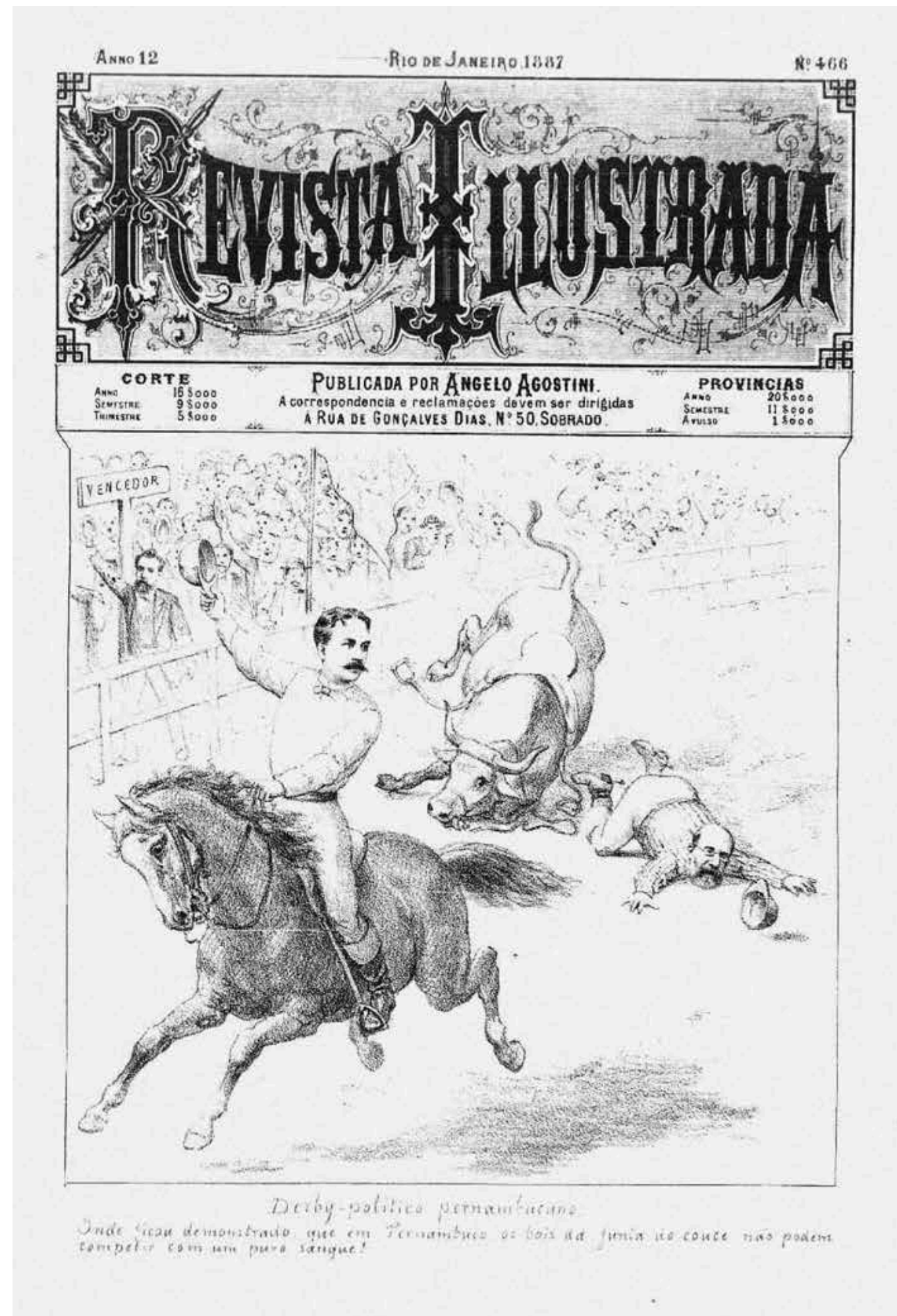


Figura 2 – Capa da Revista Ilustrada, n.º 466, Ano. 1887.

³ Ver também Bahiense, Norbertino (1971, p. 41).

**Bien digne de louange est Bernard le pêcheur
En qui sont réunis modestie et valeur
Rarement, en effet, dans ces temps d'égoïsme
Nous sont offerts, des traits d'un [ilegível] héroïsme,
Assez souvent des gens qui ne manquent de rien,
Recueillent grand gloire, en faisant peu bien;
De ces hommes vantés pour leur philanthropie,
On n'en voit point risquer soixante fois leur vie (1987, ano 12, n. 467, p. 3).**

Tradução livre: Bem digno de louvor é Bernardo o pescador/Em que estão unidos modéstia e valor/Raramente, de fato, nestes tempos de egoísmo/Nos são oferecidos, traços de um [ilegível] heroísmo,/Muitas vezes as pessoas que não perdem nada,/Colhem grande glória, fazendo pouco bem;/Destes homens elogiados por sua filantropia,/Nós não os vemos arriscando sessenta vezes suas vidas.

do Brasil, o texto da condecoração imperial sequer menciona que Bernardo era um indígena ou caboclo, apresentando-o simplesmente como um “remador de catraia”. Isto parece um pouco contraditório se levarmos em conta que a ideologia oficial do Império enaltecia abertamente a contribuição biológica dos indígenas para a formação da nacionalidade brasileira. Mas essa contradição é apenas aparente. O projeto nacional posto em curso pelo Segundo Reinado visava à total assimilação social, cultural e biológica dos indígenas (KODAMA, K., 2009, p. 151-194). Tratava-se, então, de assimilar e nacionalizar os distintos grupos étnicos indígenas (MOREIRA, V. M. L., 2012). Até mesmo a categoria “índio” foi deliberadamente evitada para se referir aos povos, às comunidades e aos indivíduos que viviam dentro dos limites da nação, tal como demonstra a opção do Império em usar o termo “caboclo” para se referir aos indígenas nos censos da época, isto é, um termo bem mais ambíguo, impreciso e que inclusive sugere

misturas e mestiçagens biológicas e culturais (OLIVEIRA, J. P., 1999, p. 124-151).

Em consonância com a intenção política de assimilar completamente índios e povos indígenas à população livre e pobre nacional, a monarca preferiu condecorar um “remador de catraia” a um “indígena” ou “caboclo” do Império. Mas o fato de a princesa ignorar a indianidade de Bernardo não significa que a monarquia não valorizasse os indígenas na formação da imagem pública da nação. Todavia, o indígena que realmente interessava ao Império era o “índio morto”, ou seja, o índio histórico do período colonial, supostamente já desaparecido da face da terra para dar lugar à “civilização” e ao próprio Brasil nação. Era o índio tupi imortalizado na poética do movimento romântico e no indianismo de José de Alencar (BOSI, A., 1992, p. 176-193). Como explica Lilia Moritz Schwarcz, d. Pedro II soube construir uma eficiente imagem pública e, em razão disso, tornou-se “mais popular que o regime monárquico”

(2012, p. 518). Ele próprio garantia o lastro indígena da nacionalidade, quando usava a murça de penas de papo de tucano ou ao distribuir títulos tupis aos nobres (p. 17). O regime monárquico não precisava, portanto, nem de Bernardo, nem de nenhum outro índio real para representar o indígena do Brasil, especialmente de índios botocudos que, desde a Carta Régia de 1808, haviam se transformado no maior símbolo da “barbárie” brasileira.

A valorização mais sistemática de Bernardo como “caboclo” e como “herói nacional” só ocorreu bem mais tarde, com a publicação da biografia de Bernardo primeiramente escrita e editada por Bahiense na década de 1940 (VALIM, H., 2008, p. 17). Nesse período, o Brasil estava em pleno Estado Novo e Getúlio Vargas deu demonstrações concretas de apoio e interesse em transformar o indígena em símbolo nacional: instituiu 19 de abril como o Dia do Índio e imortalizou-se como o primeiro presidente da República brasileira a pisar em uma terra indígena,

visitando a aldeia dos Karajá na ilha do Bananal, em 1940 (SETH, G., 2000, p. 14).

O novo regime alinhava-se ao positivismo de tipo rondoniano, segundo o qual os índios e os povos indígenas participavam de um inexorável processo de desenvolvimento histórico, podendo progredir do estágio “primitivo” ao plenamente “civilizado”. Além disso, sublinhava-se a importância dos indígenas para a formação de um “tipo nacional” adaptado ao meio brasileiro. Como declarou o diretor do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), Vicente de Paulo Vasconcelos, em 1939, índios e negros desapareceriam no futuro, diante do afluxo crescente de brancos e dos processos de miscigenação. Mas cabia ao Estado “impedir o desaparecimento anormal dos índios pela morte, de modo que a sociedade brasileira [...] possa receber em seu seio a preciosa e integral contribuição do sangue indígena de que carece para a constituição do tipo nacional, tão apropriado ao meio, que aqui surgiu” (VASCONCELOS, V. de P., 2000, p. 18).

Em apoio à política indigenista do SPI, o Estado Novo desenvolveu uma política cultural de valorização dos indígenas como um dos elementos constitutivos da nacionalidade. Esse projeto contava, além disso, com uma potente máquina estatal de propaganda, representada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O índio valorizado pelo Estado Novo, exaltado pelo SPI e popularizado pelo DIP, era ainda o índio criado e idealizado pelo movimento romântico e indianista do século XIX, mas então reatualizado e reificado pelo indigenismo de Cândido Rondon que, naqueles anos, tornou-se um “ardente colaborador” da

glamourização dos indígenas (VASCONCELOS, V. de P., 2000, p. 16).

Em 1939, Rondon foi nomeado diretor do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, órgão criado para promover a cultura indígena e orientar a política estatal em relação a eles (VASCONCELOS, V. de P., 2000, p. 17). Consonante com os interesses do Estado Novo, ele construiu uma narrativa edulcorada sobre as relações entre índios e conquistadores. Omitiu, por exemplo, as atrocidades cometidas contra os povos indígenas, como as guerras, as chacinas, o cativeiro, o esbulho de suas terras e o trabalho forçado; e escondeu as reações indígenas muitas vezes violentas contra os conquistadores. Preferiu idealizar os indígenas, exaltando-os na sua dimensão de “bom selvagem”, isto é, como povo puro e virtuoso. Como explica Seth Garfield, a ideologia do Estado Novo transformou os indígenas em riqueza nacional a ser conquistada pela Marcha para Oeste: “Lá, na fronteira, o Brasil poderia beneficiar-se da essência cultural dos índios não contactados (e portanto incorruptos): paciência, fidalguia e orgulho” (SETH, G., 2000).

Assim, enquanto o DIP indexava os indígenas à política ideológica do regime, o SPI seguia desenvolvendo uma política de conquista e territorialização de povos independentes e/ou relativamente independentes, cujo fim último continuava sendo a total assimilação deles à sociedade nacional.⁴ É neste contexto político, cultural e ideológico que a biografia de Bernardo, escrita por Norbertino Bahiense, veio a lume. Ele é o mais importante biógrafo de Bernardo

4 Sobre o SPI, ver: Lima, Antonio Carlos Souza (1995).

e também o maior responsável por alçar o “caboclo” à categoria de herói nacional. Seu esforço por buscar fontes e depoimentos sobre a vida de Bernardo é visível, mas também atesta a dificuldade de biografar agentes históricos das classes subalternas, que deixam poucos registros sobre suas experiências históricas. Além disso, vale questionar se a obra de Bahiense enquadra-se, efetivamente, na categoria biografia.

Em *O pequeno x: da biografia à história*, Sabina Loriga salienta que o termo biografia surgiu no século XVII para “designar uma obra verídica, fundada numa descrição realista, por oposição a outras formas antigas de escritura de si que idealizavam o personagem e as circunstâncias de sua vida (tais como panegírico, o elogio, a oração fúnebre e a hagiografia)” (LORIGA, S., 2011, p. 17). A obra de Bahiense, embora recupere vários dados sobre Bernardo, padece de densidade histórica. É uma narrativa pouco contextualizada em termos sociais e termina por se aproximar muito mais do elogio do que propriamente do gênero biográfico. Ao fim e ao cabo, é uma narrativa sobre a bravura do caboclo com vistas a alçá-lo à categoria de herói nacional. Estruturou-se em torno da naturalização do lugar de herói ocupado por Bernardo, dando a entender que a corajosa decisão de se lançar ao mar e salvar 129 pessoas era condição suficiente para transformá-lo em um herói reconhecido por todos. No entanto, a transformação de Bernardo em um “herói” está longe de ser uma espécie de decorrência necessária, inevitável ou óbvia da operação de salvamento empreendida por ele. Afinal, nem todo protagonista de um ato heroico, tal como o realizado por Bernardo,

se torna um “herói” socialmente reconhecido e menos ainda um “herói nacional” cultuado e financiado pelos agentes do Estado.

O próprio Bahiense termina por reconhecer, em sua argumentação, que havia interesses políticos por trás da heroificação do caboclo, ao afirmar que a verdadeira responsável pela transformação de Bernardo em herói foi a elite capixaba do período imperial, porque a província tinha atrás de si uma história de “fracassos” e precisava de “algo que a projetasse no cenário nacional” (BAHIENSE, N., 1971). Efetivamente, o Espírito Santo estava falto de heróis. Mas, a bem dos fatos e da verdade, a suposta carência de heróis era um “problema” vivido muito mais pelo regime republicano do que pela monarquia e suas províncias. José Murilo de Carvalho foi ao cerne deste assunto ao analisar como e por que Tiradentes terminou por ocupar a posição do mais imponente e eficiente símbolo do novo regime político instalado no país em 1889 (CARVALHO, J. M., 2001).

Para Carvalho, os heróis funcionam como símbolos de certas aspirações da coletividade e devem ser capazes de representar tais anseios. Para tanto, devem possuir algum tipo ou nível de “sintonia” com a coletividade. Não são e nem podem ser personagens completamente arbitrários e sem elos com a sociedade que procuram representar, instruir ou mobilizar. Mas a República teve enorme dificuldade de cunhar um herói acolhido pelo povo. Os principais vultos republicanos e que seriam os melhores candidatos a heróis careciam de empatia popular, como eram os casos de Deodoro da Fonseca e de Benjamin Constant. Faltavam-lhes carisma e sintonia

com a nação brasileira (CARVALHO, J. M., 2001, p. 56). Para piorar este quadro, ainda existia a ameaça da volta da monarquia e a sombra de d. Pedro II projetada sobre os principais protagonistas da instauração do novo regime político. A imagem pública do velho monarca havia-se enraizado no imaginário popular e continuava crescendo em popularidade mesmo depois de seu banimento e de sua morte (SCHWARCZ, L. M., 2002, p. 518). O apego dos canudenses ao monarca, à monarquia e a Antônio Conselheiro em parte exemplifica isso, ao mesmo tempo em que a guerra de extermínio total que o Exército e a República moveram contra eles demonstrava a tremenda insegurança do novo regime em relação ao povo e à população nacional, grande parte dela pobre e etnicamente heterogênea (HERMANN, J., 1996, p. 81-105).⁵ Diante de uma nítida carência de personagens simbolicamente eficientes e populares, o novo regime acabou agarrando-se em Tiradentes que, embora estivesse historicamente associado ao período colonial e aos episódios vinculados à Inconfidência Mineira de 1789, harmonizava-se bem com alguns ideais de 1889, tais como as bandeiras da libertação nacional, da abolição da escravidão e da implantação do sistema político republicano (CARVALHO, J. M., 2001, p. 70).

Hauley Valim resumiu bem o processo de heroificação de Bernardo ao sublinhar que foi Bahiense o principal responsável por “resgatar”

⁵ Como observou a autora, Euclides da Cunha partiu para Canudos “com a convicção de que se tratava de uma autêntica conspiração monárquica contra a qual era necessário lutar sem descanso, mas, ao chegar ao sertão, deparou-se com uma população miserável e uma realidade completamente diferente da que conhecia no litoral ‘civilizado’” (Cf. p. 84).

Bernardo e estabelecê-lo como herói (VALIM, H., 2008, p. 59). Mas Bahiense só conseguiu realizar isso porque a política cultural do Estado Novo valorizava os indígenas e porque a imagem pública de Bernardo conseguia mobilizar a empatia popular. “Herói que se preze”, escreveu Carvalho, “tem que ter de algum modo a cara da nação” (CARVALHO, J. M., 2001, p. 55) e, nesse quesito, vale registrar que Bernardo tinha e continua tendo a cara do povo do Espírito Santo. Faz parte do universo do caboclo Bernardo um pouco do dia a dia do povo local: festas, família, amor, casamento, amantes, cachaçadas, coragem, bravura, trabalho duro, pescarias no mar e nos rios, medo do recrutamento militar forçado, questão de terras, assassinatos, violências etc., criando entre ele e os moradores locais liames fortes, baseado no fato de compartilharem os mesmos problemas e perspectivas de vida. Em outras palavras, o caboclo herói tinha (e continua tendo) a cara do povo, e este povo era muito mais indígena do que as autoridades e a ideologia estatal aceitam ou reconhecem.

Atualmente, o Caboclo Bernardo é tema de festas populares que recebem incentivos econômicos, fiscais e culturais dos governos do estado do Espírito Santo e do município de Linhares, agregando-lhe novos objetivos e significados (ver Figura 2). Em 2018, por exemplo, o site de notícia EShoje informava que entre os dias 22 e 24 de junho ocorreria a “tradicional” Festa do Caboclo Bernardo na “vila de pescadores” de Regência. De acordo com o secretário municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, Ivan Salvador, “[...] a festa tem o objetivo de reestruturar e fomentar o turismo na região

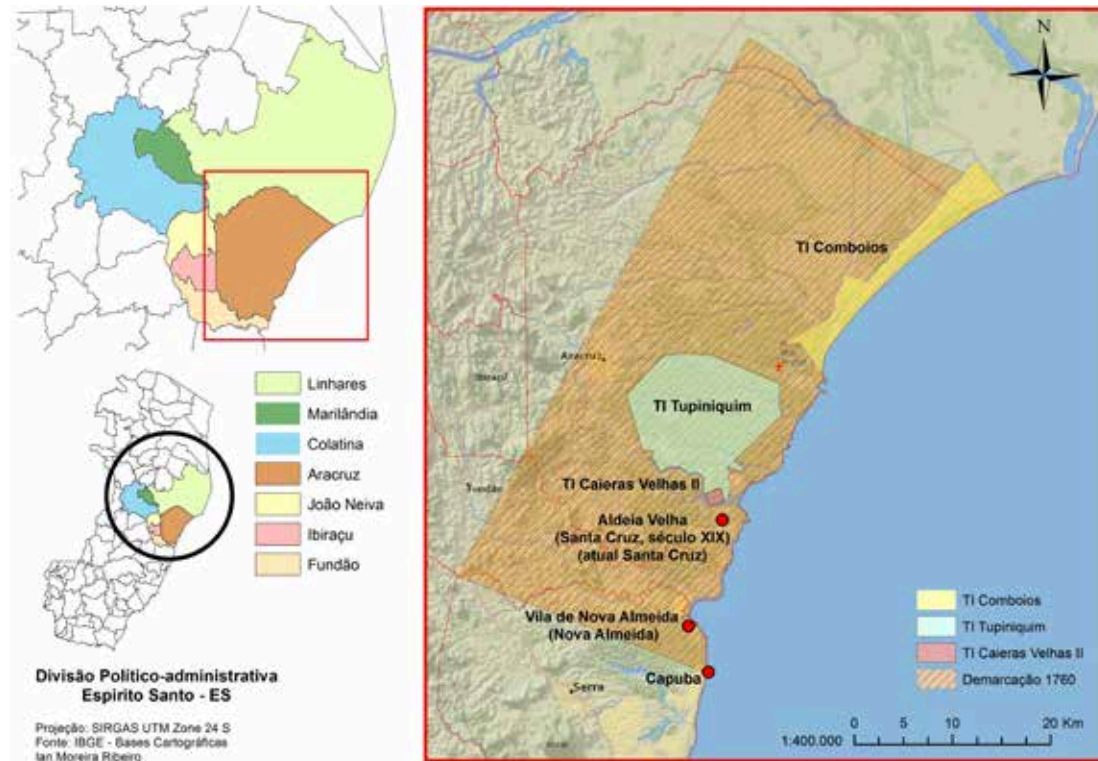
e manter a tradição da festa que é realizada há 88 anos em Regência”.⁶ Durante a festa, também ocorreria o 28o Encontro Nacional de Bandas de Congo.



Figura 3 – Divulgação da Festa do Caboclo Bernardo em 2017
Fonte – <https://www.es.gov.br/Noticia/festa-de-caboclo-bernardo-movimenta-regencia>

⁶ Tradicional festa de Caboclo Bernardo acontece neste fim de semana em Linhares. Disponível em: <http://eshoje.com.br/tradicional-festa-de-caboclo-bernardo-acontece-neste-fim-de-semana-em-linhares/>. Acesso em 27/01/2019.

considerações finais



Mapa 01 – Sesmaria indígena de 1760 e atuais Terras Indígenas (TI).

O projeto nacional ostentado pelo Império e pela República até a Constituição de 1988 foi pouco tolerante com a existência de povos e grupos étnicos diferenciados na sociedade, preconizando a completa assimilação dos indígenas em termos sociais, culturais e políticos. O índio era então considerado um ser transitório, que mais cedo ou mais tarde deveria ser completamente “nacionalizado” e absorvido pela sociedade envolvente. Durante o regime imperial tal perspectiva ficou bastante evidente na ideologia liberal e individualista que prevaleceu na concepção da Lei de Terras de 1850 e de um conjunto de leis e resoluções direcionadas especificamente para os índios e às terras dos indígenas situadas em aldeamentos, vilas e povoados (MOREIRA, V. M. L., 2012). Nesses ordenamentos legais, a posse e a propriedade indígena coletiva da terra foram tratadas como algo arcaico e irracional, que deveriam ser substituídas pela posse

e a propriedade privada da terra. Na melhor das hipóteses, os “remanescentes indígenas” que viviam em terras coletivas poderiam receber lotes de terra familiar, se provassem morada habitual e pendor para a prática da agricultura. No entanto, muitos dos propalados “remanescentes” foram sumariamente tratados como “índios só de nome”, “falsos índios”, não conseguindo obter o título e a posse de suas terras (MOREIRA, V. M. L., 2012).

A ordem legal implantada pelo regime imperial teve desdobramentos fatídicos para os indígenas que viviam na província do Espírito Santo, pois houve um claro avanço da sociedade local sobre os territórios indígenas tradicionais de povos independentes e sobre as terras indígenas tituladas e não tituladas em aldeamentos, missões, povoados e vilas. Representativa desse processo foi a autorização de projetos de colonização particular em terras pertencentes aos indígenas nas antigas

vilas de índios de Nova Almeida e Nova Benevente. Na antiga sesmaria indígena de Benevente, por exemplo, foi autorizada a instalação do núcleo colonial do Rio Novo, e na sesmaria indígena de Nova Almeida, foi fundado o núcleo colonial Demétrio Ribeiro, entre o rio Doce e Piraquê-Açu, assentando 2 mil italianos na área, em 1881 (PACHECO, R.; ROSA, L. B.; BOGO, I., 1996).

O processo de avanço da colonização sobre territórios e terras indígenas legou para a República uma infinidade de povos e comunidades que foram ressocializados ao longo do processo histórico, mas cujas terras e cujos direitos territoriais não foram devidamente observados e garantidos pelo Estado. Este é o caso, por exemplo, das comunidades de Areal e Santa Maria, que se localizam próximas da foz do rio Doce e da vila de Regência. Desde 2013, os membros da comunidade estão reivindicando sua ancestralidade indígena e o direito de ter suas terras demarcadas e regularizadas. De acordo com uma membro da comunidade,

Sou nascida, criada, casada e vivida aqui. [...] Eu espero que a gente consiga aquilo que a gente merece, porque, como diz, eu acho que nós, como descendentes de índios, temos o direito do que é nosso, né? Então, a gente trabalha e tá buscando para ver se a gente consegue, né? Aquilo que a gente já perdeu (Ziza Barcelos, 55 anos, em reunião realizada na escola da comunidade, em 09/05/2015, citada em FERREIRA, S. R. B., 2017, p. 50)..

A luta e a resistência indígenas por terra e por seu direito de viver nelas segundo seus próprios desejos

e organização não é nova no Espírito Santo e esteve inscrita desde as primeiras narrativas do encontro entre tupinambás, goitacás ou aimorés com os portugueses que chegaram à costa. Essa luta tem, além disso, várias faces, inclusive a face do caboclo Bernardo. Isto porque ele foi resgatado e mobilizado pela memória dos Tupiniquim em meio a intensa luta política que empreenderam para demarcar suas terras a partir dos anos 1970 (ver Mapa 1). A narrativa e o uso que os índios tupiniquins fazem sobre a história do Caboclo Bernardo foram registrados no *Relatório final de reestudo da identificação das terras indígenas Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comboio*. Nesse relatório a versão dos indígenas sobre a história de vida de Bernardo e sua dimensão mítica fica especialmente em evidência quando narram o encontro dele com a princesa Isabel.

Contam que o caboclo não quis nenhum benefício, nenhuma honraria, apenas que a Princesa destinasse as terras de Comboios permanentemente a todos os “caboclos”. E assim teria sido feito. Por isso os índios estão em Comboios há muito tempo (ROCHA, C. A. F., 1995, p. 50).

Na narrativa tupiniquim sobre o caboclo Bernardo há um sutil deslocamento de sentido e de significado tradicionalmente atribuído ao herói caboclo. No novo campo semântico criado pelos indígenas de Comboios, o herói nacional perde importância e o fundamental passa a ser sua dimensão mítica para os membros da comunidade.

O mito pode ser compreendido como uma narrativa que se refere ao passado, mas que conserva no presente funções importantes

(GIRADERT, R., 1989, p. 12). Ao explicar como uma determinada realidade chegou a ser como é, Mircea Eliade frisou, por exemplo, a função cognitiva do mito. Outra dimensão prática importante do mito, desta vez salientado por Georges Sorel, é funcionar como força motriz e legitimadora da ação, dando significado e direção ao protagonismo político e social de pessoas e de grupos no processo de resolução de seus desafios no mundo (GIRADERT, R., 1989, p. 13). A dimensão mítica do encontro de Bernardo com a princesa Isabel está associado a essa dupla função do mito, que tanto explica o real vivido pelos tupiniquins de Comboios – isto é, fornece uma boa explicação de como e por que eles viviam em Comboios – quanto propulsiona a ação deles no mundo que, naquele momento, era lutar pela posse de suas terras.

Mas o aspecto mais importante da narrativa dos índios sobre o caboclo Bernardo é a restituição dele à sua condição indígena, ao seu lugar social e ao contexto de sua sociabilidade, cuja história é pouco conhecida e também pouco reconhecida como socialmente válida. Na narrativa dos tupiniquins se reconhece, enfim, que Bernardo é um indígena e legitimamente pode funcionar como um herói indígena para seus pares e iguais, agregando-se outros sentidos e sentimentos ao tradicional herói nacional criado e cultuado pelas elites. Em razão disso, o Caboclo Bernardo pode representar os problemas vividos e enfrentados pelos caboclos e índios do rio Doce, inspirá-los em suas lutas pela demarcação de terras e explicitar a justiça de suas causas.

referências bibliográficas

- ALMEIDA, Ceciliano Abel de. O desbravamento das selvas do rio Doce (memórias). Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- BAHIENSE, Norbertino. Caboclo Bernardo. O naufrágio do “Imperial Marinheiro” e outros – Rio Doce. 2. ed. (revista e ampliada). Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1971.
- BOSI, Alfredo. Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar. In: _____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 176-193.
- BRAGA, Rubem. *Crônicas do Espírito Santo*. 3. ed. São Paulo: Global, 2013.
- BRASIL, Arthur Índio do. O Caboclo Bernardo. *A Província do Espírito Santo*, Vitória, 17 de setembro de 1887.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CASTRO, Hileia Araújo. O caboclo Bernardo na história do Espírito Santo. A superação do mito. Vitória: Seces, 1998.
- CUNHA, Manuela Carneiro (org.). *Legislação indigenista no século XIX. Uma compilação (1808-1889)*. São Paulo: Edusp, 1992.
- FERREIRA, Simone Raquel Batista (coord.). *Estudo territorial da comunidade de Areal e Santa Maria, Rio Doce – Linhares (ES)*. Vitória: Ufes, 2017.
- GIRADERT, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HERMANN, Jacqueline. Canudos destruído em nome da República. Uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 81-105, 1996.
- JEHA, Silvana Kassab. A galera heterogênea: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil, 1822-1854. Tese (Doutorado em História) – PUC-Rio, 2011.
- KODAMA, Kaori. Convertendo as “nações” na nação brasileira. In: _____. *Os índios no Império do Brasil. A etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. São Paulo: Edusp, 2009. p. 151-194.
- LANGFUR, Hal. The forbidden lands. Colonial identity, frontier violence, and the persistence of Brazil’s Eastern Indian, 1750-1830. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 167-182.
- LIMA, Antonio Carlos Souza. Um grande cerco de paz. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LORIGA, Sabina. O pequeno x: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- MACHADO, Marina Monteiro. *Entre fronteiras: terra indígena nos sertões fluminenses (1790-1824)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- MALHEIROS, Márcia. “Homens de Fronteira”. Índios e Capuchinhos na ocupação dos Sertões do Leste do Paraíba ou Goytacazes (séculos XVIII e XIX). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- MARCATO, Sônia de Almeida. A repressão contra os Botocudos de Minas Gerais. *Boletim do Museu do Índio*, v. 1, p. 1-59, 1979.
- MARINATO, Francieli Aparecida. Nação e civilização no Brasil: os índios Botocudos e o discurso de pacificação no Primeiro Reinado. *Dimensões*, v. 21, p. 41-62, 2008.
- MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e revolta: os botocudos e a catequese na província de Minas*. Bauru: Edusc, 2004.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Delegitimação das diferenças étnicas, “cidanização” e desamortização das terras de índios: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrárias no México e no Brasil na década de 1850. *Mundos do Trabalho*, v. 4, n. 8, p. 68-85, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/27693>. Acesso em 22/09/2019.
- _____. Espírito Santo indígena. Conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.
- _____. Reinventando a autonomia. *Liberdade, propriedade, autogoverno e novas identidades indígenas na capitania do Espírito Santo, 1535-1822*. São Paulo: Humanitas, 2019.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Entrando e saindo da “mistura”: os índios nos censos nacionais. In: _____. *Ensaio em antropologia histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. p. 124-151.
- PACHECO, Renato; ROSA, Lea Brígida; BOGO, Ivan. Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoamento. Vitória: Edufes, 1996.
- PARAÍSO, Maria Hilda Barqueiro. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992. p. 413-430.
- _____. O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos Sertões do Leste. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 1998.
- RESENDE, Maria Leônia Chaves; Langfur, Hal. Minas Gerais indígena: resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 15-32, 2007.
- REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, ano 12, n. 466, p. 7, 1887.
- REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, ano 12, n. 467, p. 3, 1887.
- RIBEIRO, Silene Orlando. “Exímios remadores do Arsenal de Marinha”: recrutamento e trabalho indígena no Rio de Janeiro (1763-1820). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.
- ROCHA, Carlos Augusto Freire. Relatório final de reestudo da identificação das terras indígenas Caieiras Velha, Pau Brasil e Comboios. Grupo Técnico, Portaria n. 0783/94, de 30 de agosto de 1944. Rio de Janeiro: s/ed., 1995.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SETH, Garfield. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado nação na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 15-42, 2000.
- TRADICIONAL festa de Caboclo Bernardo acontece neste fim de semana em Linhares. Disponível em: <http://eshoje.com.br/tradicional-festa-de-caboclo-bernardo-acontece-neste-fim-de-semana-em-linhares/>. Acesso em 27/01/2019.
- VALIM, Hauley. Religião e etnicidade: o herói Caboclo Bernardo e a constituição da identidade étnica na vila de Regência Augusta, ES. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, 2008.
- VASCONCELOS, Vicente de Paulo. In: SETH, Garfield. *As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado nação na era Vargas*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, n. 39, p. 18, 2000.